

Fernanda Olival, *The Military Orders and the Portuguese Expansion (15th and 16th Centuries)*, Transl. James W. Nelson Novoa and Martin Malcom Elbl, Ontario, Baywolf Press, 2018, 195 páginas, ISBN: 978-0-921437-54-3.

Fernanda Olival aborda neste livro a relação entre as Ordens Militares e a Expansão Portuguesa, assumindo logo de início da obra que pretende reconsiderar um pressuposto assumido pela historiografia como «*something quite natural, even self-evident*», embora pouco sustentado empiricamente – a participação dos mestrados na Expansão Ultramarina. O exercício desenvolvido deve muito à sua experiência de investigação sobre as Ordens Militares durante a Época Moderna e corresponde a uma análise daquela suposta ligação realizada à luz de uma outra problemática por si bastante estudada, nomeadamente a dicotomia entre os serviços e as mercês trocados entre dependentes e senhores vários – monarcas, mestres de ordens, senhores de terras, entre outras entidades. Para além mais, compara ocasionalmente as Ordens Militares à escala ibérica, detetando assim o que foi inédito em cada país e o que foi partilhado entre os reinos de Portugal e de Castela.

A obra encontra-se organizada em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. Para começar, a Autora apresenta uma exposição sobre a natureza das Ordens Militares em Portugal durante os séculos XV e XVI, defendendo que eram então instituições bastante distintas do que haviam sido nas centúrias precedentes; depois, aprofunda sobre a participação dos cavaleiros dos mestrados no processo expansionista, em particular no Norte de África, espaço de excelência para a prestação de serviços militares pela nobreza; de seguida, discute a relevância do padroado da Ordem de Cristo nos territórios ultramarinos; e, por fim, aborda a implantação das ordens nos espaços de além-mar, nomeadamente a instituição de comendas ultramarinas, refletindo sobre o seu significado. Ao terminar a introdução (intitulada *Introduction: Notions, Concepts and Approaches*), Fernanda Olival reafirma expressamente a sua intenção: «*to reevaluate the standard image of the relationship between the Military Orders and the Portuguese Expansion and to uncover and critique the underpinnings of these image*».

No primeiro capítulo, designado *Social and Institutional Characteristics of the Portuguese Military Orders (Fifteenth to Early Sixteenth Centuries)*, realiza-se um esforço de compreensão sobre as Ordens Militares Portuguesas na Idade Média. Aqui, Fernanda Olival considera que, entre a conclusão do processo de Reconquista, em 1249, e os finais do século XV, as Ordens Militares se converteram em meras entidades senhoriais pouco dotadas de uma voca-

ção guerreira. Desde logo, exceto em raros casos, como as comendadeiras de Santiago, os seus membros não viviam mais em comunidade, pelo que os freires e cavaleiros desfrutavam de uma considerável liberdade. Por sua vez, aos mestres e governadores destas milícias competia proceder à distribuição de mercês correspondentes aos recursos institucionais por eles administrados (hábitos, pensões, benefícios eclesiásticos e comendas), o que atraía fidelidades e garantia a receção de serviços – como resultado, os mestres ganharam estatuto e ingressos. Por fim, outras inovações, introduzidas no final da Idade Média e nos princípios do século XVI, como a abolição dos votos de castidade e de pobreza, contribuíram para a alteração da sua natureza. Tudo isto tornou as Ordens Militares bem mais atrativas para a nobreza, enquanto, em contrapartida, foi sendo exigida cada vez menos uma participação militar ativa aos seus membros.

No segundo capítulo, conforme o próprio título indica – *The Military Orders, the North African (Maghribi) Campaigns, and the Discoveries. Were There Linkages?* –, aborda-se a participação dos mestres no processo expansionista no Norte de África e de exploração marítima na costa do mesmo continente. Partindo da conquista de Ceuta, em 1415, refere-se a alocação dos recursos da Ordem de Santiago nesta expedição militar, moderando-se, em todo o caso, quaisquer expectativas quanto à participação generalizada dos membros das Ordens Militares. Segundo Fernanda Olival, «*only a few had joined, individually or as part of networks other than those involving the Orders proper*», acrescentando que, mesmo neste caso, «*it is necessary to keep in mind that some of the men were at the same time clients of discrete participating nobles*». Durante o século XV, as Ordens Militares foram tendencialmente entregues a infantes régios e outros membros da família real, integrando-se em estados senhoriais e autonomizando-se da Coroa. Assim, sendo embora verdade que D. Henrique, duque de Viseu e mestre de Cristo, participou na conquista de Tânger, em 1437, e que procurou mobilizar a Ordem de Cristo, importa ter em conta que apenas alguns membros deste mestrado responderam ao apelo e que, ainda assim, o fizeram sobretudo na qualidade de membros da rede clientelar do infante D. Henrique.

Num plano ligeiramente diferente, intenções houve de se mobilizarem as Ordens Militares para a defesa de Ceuta, mediante, por exemplo, a obrigação, por via de bulas papais, de os respetivos mestres fundarem conventos naquela cidade norte-africana, onde seriam estacionados um terço dos freires e cavaleiros. Mas este, como outros projetos, acabou por falhar muito graças à resistência dos próprios governadores dos mestrados. Por esse motivo, assistiu-se a um esforço de concentração das Ordens Militares nas mãos dos monarcas

ou dos príncipes sucessores a partir de 1460. Todavia, somente no reinado de D. Manuel se concentrou o governo do reino e a administração da ordem de Cristo. Foi também este rei que, em 1503, reservou algumas destas comendas para quem houvesse servido em África e que criou comendas ultramarinas para os seu moradores. Em todo o caso, as ordens de Avis e de Santiago quedaron-se nas mãos de D. Jorge, filho bastardo do rei D. João II, que não se mostrou muito ativo nas campanhas norte-africanas, votando, inclusive, pelo abandono destas cidades, em 1534.

Em *The Overseas Patronage of the Order of Christ: What Role Did it Play?*, discute-se a importância do padroado eclesiástico exercido pela Ordem de Cristo a partir do momento em que D. Duarte lhe trespassou a jurisdição espiritual da Madeira, em 1433, correspondendo em grande medida ao provimento de clérigos e à arrecadação de dízimos. Mas as limitações deste direito, considera a autora no seu segundo capítulo, foram muitas. Primeiro, porque inicialmente vigorou apenas em locais específicos (Madeira e Açores), e ainda assim foram enviados para estas ilhas atlânticas mais religiosos das ordens regulares do que freires dos mestrados. No final do século XVI, o papa Alexandre VI quebrou o monopólio português, quando doou privilégios idênticos aos reis castelhanos, e em 1514 a fundação da diocese do Funchal retirou mais poderes à Ordem de Cristo: «*the Order of Christ itself, unfortunately, happened to gain little or nothing from the right of patronage – only a historically limited number of bishops*».

Igualmente de alcance muito reduzido foi a instituição de comendas ultramarinas, tema do quarto capítulo, que tem a mesma designação – *The Overseas Commanderies*. No seu conjunto, estes benefícios eclesiásticos pertenceram todos à Ordem de Cristo, foram muito escassos numericamente e de rendimento bastante variável. Relativamente aos seus administradores, serão necessários mais trabalhos que avaliem o seu perfil social, mas tudo indica que as comendas ultramarinas tenham sido doadas sobretudo a residentes no espaço metropolitano que depois cobraram as suas rendas através de agentes locais. Neste sentido, estas comendas pouco contribuíram para a implantação das Ordens Militares nos territórios ultramarinos e no que à sua utilidade diz respeito foram utilizadas essencialmente para a administração e redistribuição dos dízimos eclesiásticos.

No balanço final, apresentado em *What Role Did The Military Orders Really Play?*, Fernanda Olival afirma categoricamente que os mestrados não desempenharam um papel preponderante na Expansão. Não obstante a Coroa ter procurado incluí-los nesta gesta, «*the Military Orders did not wish to return to the battlefield*». A sua existência, reafirma, resumiu-se à de uma enti-

dade senhorial e os seus recursos, administrados pelos reis a partir de tempos vários, serviram para remunerar serviços prestados individualmente. Neste sentido, foram peças-chave no contexto da «economia de mercês», mas pouco mais. Considera ainda que as comendas ultramarinas em nada contribuíram para reforçar a implantação portuguesa nas conquistas de além-mar, funcionando como mecanismos de gestão de dízimos e transformando-se em mercês com as quais se alimentavam clientelas. Igual propósito serviu o padroado eclesiástico da Ordem de Cristo, não obstante o esforço de evangelização a que de início lhe parecia corresponder. Com efeito, se de início serviu para recompensar o mestre da Ordem de Cristo pelo esforço financeiro despendido, a breve trecho, quem beneficiou do monopólio dos dízimos eclesiásticos foi a monarquia, que ampliou os recursos ao seu dispor para recompensar serviços e sustentar clientelas.

A conclusão à qual a Autora chega responde à questão levantada no início da obra: «*the extent of the involvement by Portuguese Military Orders in the Expansion phenomenon has been considerably exaggerated*». Tendo esta ilação presente, o livro de Fernanda Olival constitui um estudo bastante interessante na medida em que revisita um tema historiográfico tradicional, reavaliando-o e desconstruindo uma assunção pouco fundamentado sobre o papel desempenhado pelas Ordens Militares na Expansão Ultramarina. Muito embora seja de salutar a sua publicação em inglês, que decerto contribuirá para uma melhor divulgação internacional da História de Portugal, será indispensável uma edição em língua portuguesa que facilite o acesso à obra aos investigadores nacionais. Neste sentido, poderá também servir de ponto de partida para novos trabalhos, nomeadamente de natureza prosopográfica sobre os donatários das comendas ultramarinas ou ainda sobre os beneficiários dos demais recursos institucionais dos mestrados nos séculos XV e XVI.

CRISTÓVÃO MATA

Colaborador do CHSC-FLUC

cristovaomat@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3682-0700>